

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA
BATALHA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 12/2014

ARTICULAÇÃO

Considerando que:

É intenção do Município da Batalha estabelecer uma parceria com a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha tendo em vista apoiar o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- A) Promover o acompanhamento da atividade do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) existente no Município da Batalha;
- B) Promover a realização de um estudo de avaliação da implementação de uma "Academia Sénior" de promoção de atividades ocupacionais e educativas para a Comunidade Sénior do Concelho da Batalha;

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha consigna nos seus fins, entre outros, o desenvolvimento de atividades no âmbito social;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do seu Compromisso (Estatutos), a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha poderá efetuar acordos com instituições ou com o próprio Estado para melhor realização dos seus fins;

A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei, os Municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social;

Nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma legal, compete à Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, designadamente no âmbito do desenvolvimento de atividades de natureza social e educativa;

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA
BATALHA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 12/2014

Considerando ainda que esta parceria procura minimizar o custo do erário público face às restrições impostas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE para 2014);

Por deliberação n.º 2014/0427/G.A.P. / D.A.G. (G.D.SOCIAL), do Executivo Municipal, tomada em 18 de agosto de 2014, foi deliberado aprovar a celebração de um protocolo de colaboração a outorgar entre o Município e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha para desenvolvimento dos projetos supra referidos em A) e B);

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE:

MUNICÍPIO DA BATALHA, pessoa coletiva número 501 290 206, situado na Rua Infante D. Fernando, Batalha, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, outorgando em nome daquele, no exercício dos poderes conferidos pela alínea a) n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e deliberação n.º 2014/0427/G.A.P./ D.A.G. (G.D.SOCIAL) tomada pelo Executivo Municipal em 18 de agosto de 2014, adiante designado como Município, Câmara Municipal ou primeiro outorgante;

SEGUNDO OUTORGANTE:

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA BATALHA, contribuinte fiscal n.º 501 932 488, representado pelo Sr. Alfredo Belo Monteiro na qualidade de Vice-Provedor da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha, conforme Ata realizada pela Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha em 07/01/2014, portador do B.I. n.º 552507 emitido em 27/10/2006 pelo S.I.C. de Leiria (vitalício), adiante designada como Misericórdia da Batalha ou segundo outorgante;

É celebrado o presente protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA
BATALHA

(Legislação Aplicável: Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 12/2014

Cláusula 1ª

Objeto

Constitui objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições em que:

- a) A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha prestará o apoio técnico ao Município, através da disponibilização de um(a) técnico(a) com formação em serviço social, tendo em vista o desenvolvimento das ações necessárias à promoção e acompanhamento da atividade do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), assim como o estudo tendente à implementação de uma "Academia Sénior";
- b) O Município prestará o apoio financeiro à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha pelo desenvolvimento das referidas ações.

Cláusula 2ª

Ações a desenvolver

As ações a desenvolver para a promoção e o acompanhamento da atividade do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) existente no Município da Batalha, compreendem:

- Prestar informação profissional para jovens e adultos desempregados;
- Apoiar a procura ativa de emprego;
- Efetuar um acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional;
- Captar ofertas junto de entidades empregadoras;
- Divulgar as ofertas de emprego e promover as respetivas atividades de colocação;
- Encaminhar para ofertas de qualificação;
- Divulgar e encaminhar para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- Realizar sessões coletivas para desempregados, no âmbito dos programas do IEFP;
- Divulgar programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- Realizar o controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego;
- Criar e atualizar a base de dados dos desempregados.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA
BATALHA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 12/2014

Cláusula 3ª

Destinatários

1. O projeto referido no n.º 1 da cláusula anterior abrange, essencialmente, a população em situação de desemprego com residência no Concelho da Batalha e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).
2. O projeto referido no n.º 2 da cláusula anterior destina-se a pessoas com mais de 60 anos de idade que residam no concelho da Batalha.

Cláusula 4ª

Obrigações da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha obriga-se a disponibilizar, a tempo inteiro, um(a) técnico(a) com formação na área social para a concretização das ações relativas ao desenvolvimento dos projetos enunciados na cláusula segunda, no período compreendido entre 01 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 5ª

Obrigações do Município

O Município da Batalha obriga-se a suportar integralmente os encargos com o técnico disponibilizado pelo segundo outorgante, no período referido na cláusula quarta, assim como os custos referentes aos gastos administrativos inerentes ao desenvolvimento dos projetos enunciados na cláusula segunda, nas condições definidas na cláusula seguinte.

Cláusula 6ª

Regime de Participação Financeira

1. O encargo total das obrigações a suportar pelo Município é até ao limite de 6.800 € (seis mil e oitocentos euros), cujo pagamento ocorre com a periodicidade mensal, mediante o envio, por parte da segunda outorgante, de comprovativos do processamento da remuneração, respetivos encargos sociais e

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA
BATALHA

(Legislação Aplicável: Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 12/2014

gastos gerais administrativos suportados com o desenvolvimento dos projetos designados na alínea a) da cláusula primeira.

2. A verba referida na cláusula anterior inclui todos os encargos patronais inerentes ao recrutamento do técnico e demais encargos administrativos.

Cláusula 7ª

Período de vigência do protocolo

O presente protocolo produz efeitos a 01 de setembro de 2014 e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 8ª

Evidências

1. Para acompanhamento do projeto de promoção da atividade do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), o segundo outorgante obriga-se a entregar ao primeiro:

- ✓ Relatório mensal com o número de pessoas apoiadas e atendidas por mês;
- ✓ Informação mensal sobre o número de integrações de desempregados em postos de trabalho;
- ✓ Informação mensal sobre o número de pessoas encaminhadas para oferta de emprego;
- ✓ Informação mensal sobre as empresas contactadas para a promoção e captação de ofertas do GIP.

2. O segundo outorgante compromete-se ainda a entregar um relatório de enquadramento da necessidade de implementação de uma "Academia Sénior".

Cláusula 9ª

Casos Omissos

Os casos omissos no presente protocolo ou supervenientes serão decididos posteriormente em reunião entre o Município e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha, cujas atas se anexarão a este documento.

Cláusula 10.ª

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA
BATALHA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 12/2014

(Cabimento)

A assunção da despesa constante do n.º 1 da cláusula sexta tem cabimento orçamental no presente ano económico na rubrica 010407014 do Orçamento e 1 111 2014/6_2 das Grandes Opções do Plano (Transferências para Outras Entidades/Instituições) para o ano de dois mil e catorze, tendo o compromisso desta despesa sido efetuado pela R.E. n.º 104 de 27/08/2014, com o número sequencial 7999 efetuado em 27/08/2014.

Cláusula 11.ª

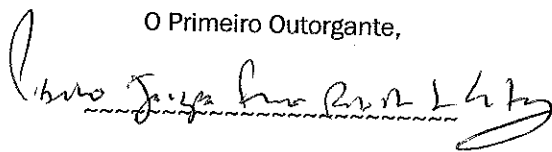
(Publicidade)

Nos termos do estatuído na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, este protocolo será publicado na página web do Município, no endereço www.cm-batalha.pt.

O presente Protocolo é feito em duplicado, com igual conteúdo e valor, sendo um entregue à segunda outorgante e o outro arquivado nos Serviços da Câmara Municipal, após a assinatura dos legais representantes.

Paços do Município da Batalha, 29 de agosto de 2014

O Primeiro Outorgante,




O Segundo Outorgante,



Original - G.A.P.

Cópia - DA.G. (Contabilidade E G.D.SOCIAL).



Irmandade da Santa Casa
Misericórdia da Batalha

2440 BATALHA